



ACOMPANHAMENTO DAS PROPOSTAS DA FIERGS

Atualizado com medidas anunciadas até 2 de julho de 2020

| | | |
|--|-----------|-------------|
| TOTAL DE MEDIDAS APRESENTADAS PELA FIERGS | 86 | 100% |
| MEDIDAS ADOTADAS | 34 | 40% |
| MEDIDAS PARCIALMENTE ADOTADAS | 22 | 25% |
| MEDIDAS NÃO ADOTADAS/PENDENTES | 30 | 35% |



ACOMPANHAMENTO DAS PROPOSTAS DA FIERGS

Atualizado com medidas anunciadas até 2 de julho de 2020

| | | |
|-------------------------|-----------|------------|
| MEDIDAS ADOTADAS | 34 | 40% |
|-------------------------|-----------|------------|



ACOMPANHAMENTO DAS PROPOSTAS DA FIERGS

Atualizado com medidas anunciadas até 2 de julho de 2020

| | | PROPOSTAS DA FIERGS AO GOVERNO FEDERAL | POSIÇÃO DO GOVERNO | INSTRUMENTO NORMATIVO | COMENTÁRIOS |
|------------|---|--|--------------------|---|---|
| TRIBUTAÇÃO | 1 | Suspensão, pelo prazo de 90 dias, de inscrições em dívida ativa, protestos e execução fiscal | Adotou | Portaria ME 103, de 17/03/20 | Suspende o encaminhamento de Certidões de Dívida Ativa para protesto extrajudicial e a instauração de novos procedimentos |
| | 2 | Estender o prazo do mandato de administradores das sociedades limitadas, suspender o prazo para realização de assembleia geral ordinária e eliminar ou postergar a obrigatoriedade do prazo de publicar balanços auditados e parecer dos auditores independentes | Adotou | MP 931, DOU de 31 de março de 2020 Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 39, DOU de 27 de maio de 2020 | |
| | 3 | Suspensão das obrigações e penalidades relacionadas ao cadastramento da Operação de Transporte e geração do Código de Identificação da Operação de Transporte – CIOT, suspenso por prazo indeterminado | Adotou | Resolução ANTT nº 5.876, DOU de 23 de março de 2020 | |
| | 4 | Suspensão dos prazos de atos processuais para os sujeitos passivos, como aqueles para interposição de defesas administrativas e recursos perante o CARF | Adotou | MP 927, de 22/03/20, Portaria ME 103, de 17/03/20, Portaria PGFN 7.821, de 18/03/20; Portaria ME/CARF 8.112, de 20/03/20; Portaria PGFN 13.338 de 4/06/20 e Portaria PGFN 15.413 de 29/06/20. | Suspende prazos de defesa dos contribuintes nos processos administrativos tributários (CARF), trabalhistas e de débito de FGTS e de cobrança da dívida ativa da União |
| | 5 | Estender o prazo para entrega do Formulário Eletrônico do MCTIC (FORMPD) por parte das empresas que tenham realizado projetos de Pesquisa e Desenvolvimento em 2019 e que buscam enquadramento nos benefícios previstos na Lei do Bem (Lei 11.196/2005) | Adotou | Portaria MCTIC 2.256, de 18/05/20 | Prorroga a entrega do FORMPD até 30 de novembro de 2020 e prorroga prazo de contestação até 30 de setembro de 2020 |



ACOMPANHAMENTO DAS PROPOSTAS DA FIERGS

Atualizado com medidas anunciadas até 2 de julho de 2020

| | | | | | |
|-------------------|----|---|--------|---|---|
| CRÉDITO | 6 | Divulgar os bancos que operam a linha BNDES Crédito Pequenas Empresas (capital de giro) e média das taxas de juros praticadas | Adotou | Informações disponibilizadas no site do BNDES | |
| | 7 | Prorrogação do prazo de pagamento de obrigações financeiras, com suspensão, por prazo determinado, dos pagamentos de financiamentos de bancos Públicos e de desenvolvimento | Adotou | Iniciativas de Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e BNDES | Está funcionando mediante requisição da pessoa jurídica e análise do banco |
| | 8 | Ampliação dos índices de cobertura da carteira do agente financeiro (stop loss) do BNDES FGI, garantindo as micro e pequenas empresas | Adotou | MP 975/2020, de 01/06/2020 | |
| INFRA-ESTRUTURA | 9 | Suspensão do corte de energia elétrica a consumidores residenciais e também indústria e comércio de serviços classificados como essenciais, pelo prazo de 90 dias | | Instrução Normativa nº 878, DOU de 24 de março de 2020 | |
| COMÉRCIO EXTERIOR | 10 | Prorrogação do prazo dos atos concessórios e solicitações dos regimes aduaneiros Drawback, Recof e Recof-Sped que vencerão até 2020 | Adotou | MP nº 960, DOU de 4 de maio de 2020; Resolução Siscomex nº 22 de 04/05/2020; Instrução Normativa SERFB nº 1.960, de 16 de junho de 2020; Ato do Presidente do Congresso nº 73/20 | Prorrogou os prazos de suspensão de pagamentos de tributos previstos nos atos concessórios do regime especial de drawback e reduziu o compromisso exportador de 70 para 50% |
| | 11 | Prorrogar, por 90 dias, o prazo para apresentação do Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Naturais (RAPP). | Adotou | IN IBAMA 12, de 25 de março de 2020 | |



ACOMPANHAMENTO DAS PROPOSTAS DA FIERGS

Atualizado com medidas anunciadas até 2 de julho de 2020

| | | | | | |
|----------------------|--|---|---------------|--|---|
| MEIO AMBIENTE | 12 | Prorrogar, por 90 dias, o prazo para apresentação do Relatório de Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos (CNORP) | Adotou | IN IBAMA 12, de 25 de março de 2020 | |
| | 13 | Prorrogar, por 90 dias, o prazo para apresentação da Declaração sobre Resíduos de Serviços de Saúde (Declaração Montreal) | Adotou | Comunicado IBAMA 7307782, de 30 de março de 2020 | |
| | 14 | Definir a taxa de conversão de câmbio PTAX do último dia do ano para apresentação da receita líquida das empresas estrangeiras usuárias de recursos da biodiversidade no SisGen/MMA | Adotou | Portaria MMA 143, de 31 de março de 2020 | |
| TRABALHISTA | 15 | Reativação do Programa Seguro Emprego (PSE) | Adotou | MP 936, de 01/04/20; Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 44, DOU de 28 de maio de 2020. | Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda |
| | 16 | Diferimento do recolhimento do FGTS | Adotou | MP nº 927, DOU de 22 de março de 2020 Medida Provisória nº 928, DOU de 23 de março de 2020 | Diferimento do pagamento do FGTS por 90 dias. O pagamento da remuneração das férias poderá ser efetuado até o quinto dia útil do mês subsequente ao início do gozo das férias; Não há necessidade de comunicação aos órgãos oficiais e ao sindicato laboral da concessão de férias coletivas; |
| | 17 | Facilitação do Teletrabalho | | | |
| | 18 | Antecipação de férias individuais | | | |
| | 19 | Concessão de férias coletivas | | | |
| | 20 | Aproveitamento e antecipação de feriados, banco de horas | | | |
| 21 | Suspensão de exigências administrativas em segurança e saúde no trabalho | Adotou | | | |



ACOMPANHAMENTO DAS PROPOSTAS DA FIERGS

Atualizado com medidas anunciadas até 2 de julho de 2020

| | | | | | |
|--------------------|-----------|--|---------------|---|--|
| TRABALHISTA | 22 | Redução de jornada de trabalho e de salário | Adotou | Medida Provisória nº 936, DOU de 1º de abril de 2020; Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 44, DOU de 28 de maio de 2020 | O prazo de duração da redução é de no máximo 90 dias e da suspensão no prazo máximo de 60 dias. ADI 6363 julgada pelo STF em 17/04/2020 reiterou que não há necessidade de aval dos sindicatos para redução/suspensão. |
| | 23 | Suspensão temporária do contrato de trabalho | | | |
| | 24 | Ampliação do Lay-Off | Adotou | MP 936, de 01/04/20 | |
| | 25 | Suspensão dos registros administrativos | Adotou | MP 927, DE 22/03/20 | |
| | 26 | Ampliação do prazo para a realização de exames ocupacionais | Adotou | | |
| | 27 | Suspensão dos prazos de contestação e de recursos administrativos | Adotou | | |
| | 28 | Exclusão expressa no texto de lei da doença do Covid-19 como doença relacionada ao trabalho | Adotou | | MP 927, de 22/03/20 |
| | 29 | Extensão emergencial do critério de dupla visita | Adotou | | |
| | 30 | Custeio, pela Previdência Social, do salário dos empregados afastados devido ao coronavírus, | Adotou | Lei 13.982, de 02/04/20 | As empresas poderão deduzir os valores pagos nas Contribuições à Previdência Social, limitado ao teto do INSS |



ACOMPANHAMENTO DAS PROPOSTAS DA FIERGS

Atualizado com medidas anunciadas até 2 de julho de 2020

| | | PROPOSTAS DA FIERGS AO GOVERNO ESTADUAL | POSIÇÃO DO GOVERNO | INSTRUMENTO NORMATIVO | COMENTÁRIOS |
|---------------------------|----|--|--------------------|---|--|
| MEDIDAS DO SISTEMA FIERGS | 31 | Possibilidade de a Indústria operar suas linhas de produção a partir de 50% da força de trabalho usual em suas atividades-fim, com regramentos específicos quanto à Covid-19, atendendo as recomendações da OMS, Ministério da Saúde, e Secretaria de Estado da Saúde. | Adotou | Arts. 4º e 5º do Decreto nº 55.154, DOE de 1º de abril de 2020 | A partir do Decreto estadual, Municípios iniciaram flexibilização das atividades industriais |
| | 32 | Prazo para as providências de redução de teto operacional e de ocupação das indústrias, a fim de atender às exigências legais determinadas pelas bandeiras/cores regionais | Adotou | Medida administrativa anunciada em 16 de junho de 2020 | Quinta: coleta de dados Sexta: cálculo e divulgação das bandeiras Segunda: prazo para apresentar divergências até às 8h e divulgação do mapa Terça: Início da vigência do novo mapa |
| TRIBUTAÇÃO | 33 | Suspensão dos prazos de intimações, impugnações e demais recursos ligados ao processo tributário administrativo, por 30 dias | Adotou | Art. 8º do Decreto nº 55.128, DOE de 19 de março de 2020 | |
| REGULAÇÃO | 34 | Prorrogação dos prazos para atendimento a condicionantes de licenças ambientais, renovação de licenças e demais exigências obrigações ambientais, em processo físico ou eletrônico em tramitação na SEMA e Fepam | Adotou | Instrução Normativa FEPAM nº 01, de 31 de março de 2020; Instrução Normativa FEPAM nº 03, de 9 de junho de 2020 | Prazos suspensos por 90 dias, não se aplicando à renovação de licenças, que seguem operando pelo SOL - Sistema Online de Licenciamento. |



ACOMPANHAMENTO DAS PROPOSTAS DA FIERGS

Atualizado com medidas anunciadas até 2 de julho de 2020

| | | |
|--|-----------|------------|
| MEDIDAS PARCIALMENTE ADOTADAS | 22 | 25% |
|--|-----------|------------|



ACOMPANHAMENTO DAS PROPOSTAS DA FIERGS

Atualizado com medidas anunciadas até 2 de julho de 2020

| | PROPOSTAS DA FIERGS AO GOVERNO FEDERAL | POSIÇÃO DO GOVERNO | INSTRUMENTO NORMATIVO | COMENTÁRIOS | |
|------------|--|--|-----------------------|--|--|
| TRIBUTAÇÃO | 1 | Diferimento, por 90 dias, do pagamento de todos os tributos federais , incluindo as contribuições previdenciárias. | Adotou parcialmente | Resolução CGSN nº 152, de 18/03/20; MP nº 927, de 22/03/20; Decreto nº 10.305/20, de 01/04/2020; Resolução CGSN nº 154, de 03/04/20; Portaria ME nº 139 de 03/04/2020; Portaria ME nº 150 de 08/04/2020; Portaria ME nº 245 de 15/06/2020. | Adiados tributos e contribuições do Simples Nacional e FGTS, por 90 dias. Isenção do IOF-Crédito por 90 dias. Adiado novamente PIS/Cofins, Contribuições Previdenciárias, CPRB e Funrural, de maio para outubro de 2020. |
| | 2 | Parcelamento, em pelo menos 6 meses, sem incidência de multas e juros, do pagamento do valor dos tributos que tiverem o recolhimento adiado | Adotou parcialmente | MP 927, DE 22/03/2020 | Pagamento parcelado do FGTS (em até seis parcelas mensais, com vencimento no sétimo dia de cada mês, a partir de julho de 2020). |
| | 3 | Adiamento da entrega da declaração do Imposto de Renda | Adotou parcialmente | IN RFB 1.930, de 01/04/20 – adiado apenas para pessoa física | Prorrogado para 30 de junho o prazo final para pessoa física. |
| | 4 | Prorrogação, por 90 dias, do prazo para apresentação das obrigações acessórias das empresas, com o objetivo de reduzir o trabalho não ligado diretamente à produção nas empresas, diminuindo a necessidade de pessoal nas suas instalações | Adotou parcialmente | Resolução CGSN 153, de 25/03/20 e IN SERFB nº 1.932, DOU de 3 de abril de 2020; IN RFB nº 1.950 de 12 de maio de | Adiadas as entregas da Defis (Simples Nacional); da DASNSimej; da DCTF; da Escrituração Fiscal Digital (PIS/Pasep, Cofins e EFD-Contribuições) e da Escrituração Contábil Digital |



ACOMPANHAMENTO DAS PROPOSTAS DA FIERGS

Atualizado com medidas anunciadas até 2 de julho de 2020

| | | | | 2020. | (ECD) |
|----------------|----------|--|----------------------------|---|--|
| | 5 | Adiar o pagamento, por 90 dias, sem multa e juros, de parcelas de programas de refinanciamento de dívidas dos contribuintes com a União | Adotou Parcialmente | Portaria 103 do ME, de 17/03/20; Portaria PGFN 7.821, de 18/03/20; Portaria PGFN 9.917, de 14/04/20 Portaria PGFN 10.205 de 22/04/20; Portaria 201 do ME, de 12/05/20; Resolução CSGN nº 155 de 15/05/2020; Portaria PGFN 13.338 de 4/06/20; Portaria PGFN 14.402 de 16/06/20. | Suspensos procedimentos de rescisão de por inadimplência; previsão de transação extraordinária com primeira parcela para jun/20; pagamentos de parcelamentos da RFB e da PGFN adiados nos próximos 90 dias, sem previsão sobre os juros. |
| CRÉDITO | 6 | Criar linha emergencial para pagamento da folha de salários, de forma simples, ágil e que as INDÚSTRIAS consigam acessar | Adotou parcialmente | MP 944/2020 e Resolução Bacen nº 4.800/2020; Ato do Presidente do Congresso nº 53/20 | Linha de crédito criada para financiar a folha de pagamento de pequenas e médias empresas —com faturamento anual de R\$ 360 mil a R\$ 10 milhões |
| | 7 | Carência de 6 meses para as linhas de crédito já contratadas pela FINEP, BNDES PSI e Programas Agro do BNDES equalizados pelo Tesouro Nacional | Adotou parcialmente | | Medida emergencial anunciada pela FINEP em 30 de abril de 2020 |
| | 8 | Facilitação, por parte dos bancos Públicos e de | | Resolução CODEFAT nº 850, de 18/03/20; MP nº 958, DOU de 27 | |



ACOMPANHAMENTO DAS PROPOSTAS DA FIERGS

Atualizado com medidas anunciadas até 2 de julho de 2020

| | | | | | |
|--------------------------|-----------|---|----------------------------|---|---|
| | | desenvolvimento, do acesso a capital de giro, inclusive para empresas que têm crédito imobiliário, com condições diferenciadas de juros, carência de pelo menos 6 meses, prazo ampliado e flexibilização das garantias | Adotou parcialmente | de abril de 2020; EC nº 106/2020; Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 69, DOU de 25 de junho de 2020 | Em que pese a medida já tenha sido regulamentada, as condições não são diferenciadas e os bancos não estão operando. |
| | 9 | Criar linha de crédito emergencial para empresas que faturam entre R\$ 4,8 milhões e R\$ 300 milhões, de forma simples e ágil, para que também as indústrias de médio porte consigam acessar os recursos de capital de giro | Adotou parcialmente | Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020; Medida Provisória nº 975 de 1º de junho de 2020 | Tratam-se de garantias disponibilizadas para acesso às linhas de crédito e aguardam regulamentação. |
| COMÉRCIO EXTERIOR | 10 | Prorrogação automática, por 90 dias, a partir da respectiva data de vencimento prevista, dos ACCs (Adiantamento sobre Contrato de Câmbio), PPEs (Pré-pagamento de exportação), NCEs (Nota de Crédito à Exportação) e demais contratos relativos aos pagamentos de operações de comércio exterior firmados em contrato. | Adotou parcialmente | Circular BACEN nº 4.002, de 16 de abril de 2020 | Ampliação do prazo para 1.500 dias para contratação e liquidação dos contratos de câmbio, contemplando operações de ACC e ACE |
| INFRA-ESTRUTURA | 11 | Regulação da cobrança do consumo de energia elétrica para a indústria, considerando a demanda registrada e não a contratada, devido à depressão no consumo energético, além da postergação ou do parcelamento do pagamento, com juros módicos, do fornecimento de energia elétrica às unidades consumidoras de forma geral, cativas ou permeadas pelo Mercado Livre de Energia, pelo prazo de três meses, prorrogáveis. | Adotou parcialmente | Decreto nº 10.350 de 18 de maio de 2020; RN ANEEL nº 885 de 23 de junho de 2020 | |



ACOMPANHAMENTO DAS PROPOSTAS DA FIERGS

Atualizado com medidas anunciadas até 2 de julho de 2020

| | | PROPOSTAS DA FIERGS AO GOVERNO ESTADUAL | POSIÇÃO DO GOVERNO | INSTRUMENTO NORMATIVO | COMENTÁRIOS |
|---------------------------|----|--|---------------------|---|--|
| MEDIDAS DO SISTEMA FIERGS | 12 | Disponibilidade para as estruturas de SAÚDE do Sesi aplicarem a testagem rápida massiva para a Covid-19, utilizando a competência acumulada nas campanhas de vacinação e a capilaridade da instituição, podendo começar em 48 horas após a primeira entrega dos kits | Em andamento | | |
| | 13 | Disponibilidade do Pavilhão de Exposições para centro de diagnóstico, triagem, e hospital de campanha | Em andamento | | |
| TRIBUTAÇÃO | 14 | Diferimento da cobrança do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias, assim como o Imposto devido por Substituição Tributária por, no mínimo, 90 dias | Adotou parcialmente | Resolução CGSN nº 154, de 3 de abril de 2020. | Suspensa parcela de ICMS do Simples Nacional, por 90 dias (não válido para ST ou DIFAL) Período de apuração de Março, vencerá em 20 de julho; de Abril, vencerá em 20 de agosto; e de Maio, vencerá em 21 de setembro de 2020. |
| | 15 | Suspensão de fiscalização, autuações e inscrição em dívida ativa em relação à apuração de ICMS nos meses de março a agosto de 2020 | Adotou parcialmente | Medida administrativa anunciada em 26/03 | Ficam mantidos os procedimentos que não exigem deslocamento |
| | 16 | Renegociação de débitos tributários, com carência de 90 dias. | Adotou parcialmente | Medida administrativa anunciada em 26/03 | Prorrogadas as dispensas de pagamentos antecipados de dívidas já negociadas, que vencem em março e abril, por mais 60 dias |



ACOMPANHAMENTO DAS PROPOSTAS DA FIERGS

Atualizado com medidas anunciadas até 2 de julho de 2020

| | | | | | |
|------------------------|----|--|---------------------|--|--|
| | 17 | Flexibilização das regras de revogação do Programa Refaz-2019 (Decreto nº 54.853), para aqueles contribuintes que ficarem inadimplentes por três meses consecutivos; ou ainda, a interrupção dos pagamentos de parcelamentos em andamento e a retomada dos mesmos a partir de setembro | Adotou parcialmente | Instrução Normativa RE nº 32/20, DOE de 7 de maio de 2020 | Exclusão do limite de 6 parcelas para parcelamento de débitos de ICMS declarados relativos a fatos geradores ocorridos após a formalização de acordo em programas especiais. |
| | 18 | Suspensão dos prazos dos processos administrativos no âmbito da Administração Pública Estadual direta e indireta, por 60 dias | Adotou parcialmente | Medida administrativa anunciada em 26/03 | A suspensão anunciada foi pelo prazo de 30 dias |
| | 19 | Prorrogação de todos os estímulos fiscais até o final do ano de 2020 | Adotou parcialmente | Convênio ICMS 22/20 de 3 de abril de 2020 | Convênios 100/97; 52/91; 38/01; 113/06; 73/16, entre outros, prorrogados via CONFAZ. |
| CRÉDITO | 20 | Ampliação, flexibilização e desburocratização, das linhas de crédito disponibilizadas pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul – Barrisul, Banco Regional do Desenvolvimento Estadual – BRDE e Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul – BADESUL | Adotou parcialmente | Informações disponibilizadas no site do BNDES e do BRDE | BNDES ampliou a linha de Crédito Pequenas Empresas e BRDE lançou, com recursos próprios, a linha de crédito para capital de giro, a BRDE Recupera Sul |
| REGULAÇÃO | 21 | Prorrogação, por 90 dias, da cobrança das taxas de renovação de licenças ambientais, e demais documentos exigidos pela SEMA e Fepam | Adotou parcialmente | Resolução FEPAM nº 004/2020, de 29 de abril de 2020 Resolução FEPAM nº 005/2020, de 10 de junho de 2020 | Prorrogação por 60 dias das licenças ambientais com até 150 dias para o final do seu prazo de vigência. |
| INFRA-ESTRUTURA | 22 | Disponibilização, pela CEEE e pela RGE, de meios para que o consumidor possa informar a autoleitura do medidor de luz, em alternativa à cobrança relativa ao faturamento pela média dos últimos 12 meses | Adotou parcialmente | | Ceee disponibilizou aplicativo para enviar a medição e RGE informou que segue procedendo com a medição de consumo. |



ACOMPANHAMENTO DAS PROPOSTAS DA FIERGS

Atualizado com medidas anunciadas até 2 de julho de 2020

| | | |
|---|-----------|------------|
| MEDIDAS NÃO ADOTADAS/PENDENTES | 30 | 35% |
|---|-----------|------------|



ACOMPANHAMENTO DAS PROPOSTAS DA FIERGS

Atualizado com medidas anunciadas até 2 de julho de 2020

| | | PROPOSTAS DA FIERGS AO GOVERNO FEDERAL | POSIÇÃO DO GOVERNO | INSTRUMENTO NORMATIVO | COMENTÁRIOS |
|------------|---|---|---------------------|-----------------------|-------------|
| TRIBUTAÇÃO | 1 | Ampliar o rol dos tributos federais com pagamento adiado, com inclusão do IRPJ, da CSLL e do IPI, por 90 dias | Pendente de análise | | |
| | 2 | Retroatividade dos prejuízos fiscais registrados durante a calamidade pública, com possibilidade de compensar com lucros auferidos nos últimos 2 anos, gerando restituição de IRPJ e CSLL | Pendente de análise | | |
| | 3 | Flexibilização das restrições de quitação de débitos tributários federais via compensação com créditos de impostos e autorização de monetarização/aproveitamento total de prejuízos fiscais, para quitação de débitos fiscais próprios de tributos ou transferência entre empresas | Pendente de análise | | |
| | 4 | Pagamento dos pedidos de ressarcimento de saldos credores de PIS/Cofins e IPI já homologados pela Receita Federal do Brasil e reduzir, de 360 dias para 90 dias, o prazo para a análise dos pedidos de ressarcimento e compensação de saldos credores de tributos federais pela Receita Federal do Brasil | Pendente de análise | | |
| | 5 | Isentar tributos federais e encargos setoriais incidentes sobre a energia elétrica, pelo período de três meses, com compensação por parte da União dos recursos de encargos setoriais não transferidos à sua destinação | Pendente de análise | | |



ACOMPANHAMENTO DAS PROPOSTAS DA FIERGS

Atualizado com medidas anunciadas até 2 de julho de 2020

| | | | | | |
|-------------|----|---|---------------------|---------------------|--|
| | 6 | Prorrogar, por pelo menos 1 ano, os prazos para início da entrega da versão completa do Bloco K da EFD ICMS/IPI | Pendente de análise | | |
| CRÉDITO | 7 | Aumentar o limite de faturamento máximo da média empresa para acesso a linha para pagamento da folha | Pendente de análise | | |
| | 8 | Substituição do documento de comprovação do salário pago ao empregado pela GFIP, desvinculando a obrigatoriedade de ter folha processado por agente financeiro e ampliando o prazo de solicitação de 30 de junho para até 30 de setembro de 2020. | Pendente de análise | | Dificuldade de pequenas empresas que não possuem folha processada com instituições financeiras, acabando por não ter acesso ao financiamento, conforme exigido pela MP 944 |
| | 9 | Redução da TJLP para adequação à Selic | Pendente de análise | | |
| TRABALHISTA | 10 | Prorrogação do prazo para implementação do eSocial, até o cancelamento do Decreto de calamidade Pública nacional | Pendente de análise | | |
| | 11 | Aplicar o IPCA-E como fator de correção monetária dos débitos trabalhistas e estipular que os juros de mora sigam os percentuais aplicáveis à caderneta de poupança. | Pendente de análise | MP 936, de 01/04/20 | Com tal medida, reduz-se o impacto financeiro dos juros reais dos passivos trabalhistas. Aguarda aprovação no Senado Federal e sanção do Presidente da República |
| | 12 | Alteração do art. 899, da CLT, para prever que o depósito recursal em processo trabalhista, que atualmente é corrigido com os mesmos índices da poupança, seja atualizado pelo IPCA mais juros de mora equivalentes à remuneração adicional dos depósitos de poupança | Pendente de análise | MP 936, de 01/04/20 | O valor depositado pela empresa merece atualização condizente com a realidade. Aguarda aprovação no Senado Federal e sanção do Presidente da República |



ACOMPANHAMENTO DAS PROPOSTAS DA FIERGS

Atualizado com medidas anunciadas até 2 de julho de 2020

| | | | | | |
|-------------------|----|--|---------------------|---------------------|---|
| | 13 | Prorrogar o prazo máximo de redução da jornada ou suspensão do contrato de trabalho. | Pendente de análise | MP 936, de 01/04/20 | Texto aprovado na Câmara dos Deputados no dia 28/05, traz a permissão para o Poder Executivo prorrogar o prazo máximo de redução da jornada ou suspensão do contrato. |
| | 14 | Prorrogação do prazo de gestão de Entidades Sindicais cujas mandatos das suas Diretorias vierem a expirar no período de calamidade pública ou que já estavam, nesse período de calamidade pública, com seus processos administrativos em andamento, visando a atualização de suas diretorias eleitas | Pendente de análise | | As negociações coletivas não estão sendo concluídas pois o Sistema Mediador do Ministério da Economia condiciona o registro desses instrumentos coletivos à atualização dos processos eletivos sindicais junto ao Ministério da Economia |
| COMÉRCIO EXTERIOR | 15 | Prorrogação da validade das licenças de importação por 90 dias | Pendente de análise | | |
| | 16 | Promover atuação coordenada e intensificada dos órgãos de fronteira para facilitar as liberações de carga | Pendente de análise | | |
| INFRA-ESTRUTURA | 17 | Prorrogação do pagamento de taxas de serviços essenciais para o setor produtivo, como energia elétrica, gás e água, por 90 dias | Pendente de análise | | |
| | 18 | Oferecer medidas de saúde e segurança ao setor essencial de transporte | Pendente de análise | | |
| | 19 | Reajuste da tabela do frete, se adequando à redução do preço do diesel nos últimos meses | Pendente de análise | | |
| MEIO AMBIENTE | 20 | Adiar a cobrança da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA) dos meses de março e junho de 2020 | Pendente de análise | | |
| | 21 | Definir as regras de simplificação e dispensa para apresentação de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) pelas micro e pequenas empresas | Pendente de análise | | |



ACOMPANHAMENTO DAS PROPOSTAS DA FIERGS

Atualizado com medidas anunciadas até 2 de julho de 2020

| | | PROPOSTAS DA FIERGS AO GOVERNO ESTADUAL | POSIÇÃO DO GOVERNO | INSTRUMENTO NORMATIVO | COMENTÁRIOS |
|------------|----|---|----------------------------|--|-------------|
| TRIBUTAÇÃO | 22 | Prorrogação da validade das certidões negativas de débitos vigentes, até dezembro de 2020 | Não adotou | | |
| | 23 | Suspensão da exigência do MDFe intermunicipal e interestadual por tempo indeterminado | Pendente de análise | | |
| | 24 | Ampliação do prazo de apropriação dos créditos fiscais presumidos em, no mínimo, 90 dias | Pendente de análise | | |
| | 25 | Retorno do prazo de pagamento de ICMS, pela indústria, para o dia 21 de cada mês | Pendente de análise | | |
| | 26 | Instituir um bônus de adimplência ao contribuinte que pagar os impostos estaduais em dia | Pendente de análise | | |
| CRÉDITO | 27 | Abertura de linha de crédito especial no Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Banrisul, com indexação pela taxa Selic, para financiamento do pagamento do ICMS referente aos meses de abril/maio/junho, com carência de noventa dias. | Não adotou | | |
| | 28 | Abertura de linha de crédito junto ao Banrisul em favor da Corsan, Demae e demais empresas fornecedoras de água potável no RS, para viabilizar o adiamento do pagamento das contas pelos usuários, por 4 meses e subsequente parcelamento em 12 parcelas. | Pendente de análise | Solicitado ao Secretário de Estado do Meio Ambiente e Infraestrutura | |



ACOMPANHAMENTO DAS PROPOSTAS DA FIERGS

Atualizado com medidas anunciadas até 2 de julho de 2020

| | | | | | |
|--------------------|-----------|--|----------------------------|--|--|
| TRABALHISTA | 29 | Piso Regional - Suspensão da tramitação do Projeto de Lei nº 35/2020, que prevê aumento de 4,5% para as cinco faixas do salário mínimo regional. | Pendente de análise | Solicitado ao Governo do Estado e Assembleia Legislativa | |
| | 30 | Análise de possíveis inconstitucionalidades na Portaria nº 283/2020 – Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul (SES), que tem por objetivo, no âmbito do RS, disciplinar, para o setor das indústrias e de forma individual, medidas para prevenção e controle à Covid-19. | Pendente de análise | Carta enviada ao Governo do Estado | Dispositivos da Portaria adentram a competência da União no que tange à fiscalização do trabalho |



Atualizado com medidas anunciadas até 2 de julho de 2020

| | | MEDIDAS ANUNCIADAS PELO GOVERNO FEDERAL | INSTRUMENTO NORMATIVO |
|------------------------------------|---|---|--|
| MEDIDAS DE COMBATE À EPIDEMIA | 1 | Medidas que poderão ser adotadas pelo Governo para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, como dispensa de licitações | Lei nº 13.979, DOU de 6 de fevereiro de 2020 |
| | 2 | Reconhecimento de estado de calamidade pública, com efeitos até 31 de dezembro de 2020 | Mensagem ao Congresso nº 92, DOU de 18 de março de 2020 |
| | 3 | Garantir o exercício e o funcionamento de serviços públicos e atividades essenciais | Medida Provisória nº 926, DOU de 20 de março de 2020 |
| MEDIDAS DE FACILITAÇÃO DO COMÉRCIO | 4 | Priorizar e simplificar desembaraço aduaneiro de produtos de uso médico-hospitalar | Instrução Normativa RFB nº 1.927, DOU de 17 de março de 2020 e Instrução Normativa RFB nº 1.929, DOU de 26 de março de 2020, IN RFB nº 1.944, DOU de 04 de maio de 2020; Instrução Normativa SRF nº 1.955, DOU de 26 de maio de 2020 |
| | 5 | Controle de exportação para evitar o desabastecimento de produtos de combate à Covid-19 | Portaria SECEX nº 16, DOU de 18 de março de 2020; Lei nº 13.993, de 23 de abril de 2020 Resolução Siscomex nº 24 de 09 de maio de 2020 Resolução Anvisa RDC nº 381, de 12 de maio de 2020 Resolução Siscomex nº 27 de 14 de maio de 2020 Resolução Siscomex nº 28 de 15 de maio de 2020 Resolução Siscomex nº 29 de 21 de maio de 2020 |



Atualizado com medidas anunciadas até 2 de julho de 2020

| | | | |
|----------|--|--|--|
| | | | Resolução Siscomex nº 33 de 05 de junho de 2020 Resolução Siscomex nº 37 de 22 de junho de 2020 Resolução Siscomex nº 38 de 24 de junho de 2020 Portaria Secex nº 40 de 25 de junho de 2020 Decreto nº 10.407 de 29 de junho de 2020 |
| 6 | Suspensão, em caráter temporário e excepcional, das atividades de fiscalização de peso nas rodovias federais sob a circunscrição da ANTT, por 90 dias | | Portaria ANTT nº 117, DOU de 25 de março de 2020 |
| 7 | Facilitação na retirada de mercadoria depositada em recinto alfandegado | | Ato Declaratório Interpretativo RFB nº 2, DOU de 31 de março de 2020 |
| 8 | Facilitação no despacho aduaneiro e requisitos de importação | | Instrução Normativa RFB nº 1936, D.O.U de 15 de abril de 2020 Instrução Normativa RFB nº 1937, D.O.U de 15 de abril de 2020 Resolução Anvisa nº 378 e 379, DOU de 30 de abril de 2020; Portaria SECEX nº 25, de 8 de maio de 2020; Resolução Siscomex Importação nº 29 de 11 de maio de 2020; Lei 14.006/2020 Anvisa de 29 de maio de 2020; Portaria SECEX nº 40, de 24 de junho de 2020 |



Atualizado com medidas anunciadas até 2 de julho de 2020

| | | | |
|--------------------------------|-----------|---|--|
| MEDIDAS TRIBUTÁRIAS | 9 | Prorrogação de prazo para pagamento de tributos federais do SIMPLES (IRPJ, IPI, CSLL, PIS e Cofins), por 90 dias | Resolução nº 152 da Secretaria Especial da Fazenda, DOU de 18 de março de 2020 |
| | 10 | Redução a zero das alíquotas do Imposto de Importação para produtos de uso médico-hospitalar, até 30 de setembro de 2020 | Resolução nº 22 da Câmara de Comércio Exterior, DOU de 26 de março de 2020 Resolução nº 17 da Câmara de Comércio Exterior, DOU de 17 de março de 2020 Resolução nº 28 da Câmara de Comércio Exterior, DOU de 01 de abril de 2020 Resolução nº 31 da Câmara de Comércio Exterior, DOU de 08 de abril de 2020 Portaria Ministério da Economia nº 158 – DOU de 16 de abril de 2020 Resolução CAMEX nº 32, DOU de 17 de abril de 2020 Resolução CAMEX nº 33, DOU de 30 de abril de 2020 Resolução CAMEX nº 44, DOU de 18 de maio de 2020 Decreto nº 10.352 de 19 de maio de 2020 Resolução CAMEX nº 51 de 17 de junho de 2020 Resoluções CAMEX nº 55 e 56 de 22 de junho de 2020 |



Atualizado com medidas anunciadas até 2 de julho de 2020

| | | | |
|--------------------------------|-----------|---|--|
| MEDIDAS TRIBUTÁRIAS | 11 | Suspender temporariamente, por interesse público, os direitos antidumping para importações de países e produtos determinados para facilitar o combate ao Covid-19 | Resolução CAMEX Nº 23 de 25 de março de 2020 |
| | 12 | Desoneração temporária de IPI sobre bens importados ou produzidos internamente, que sejam necessários ao combate à Covid-19, até 30 de setembro de 2020 | Decreto nº 10.285 da Presidência da República, DOU de 20 de março de 2020 |
| | 13 | Suspensão, prorrogação e adiamento de atos de cobrança da dívida ativa da União, por até 90 dias | Portaria nº 103 do Ministério da Economia, DOU de 17 de março de 2020 |
| | 14 | Disponibilização de condições facilitadas para renegociação de dívidas com a União, até 25 de março de 2020 | Portaria nº 103 do Ministério da Economia, DOU de 17 de março de 2020 |
| | 15 | Condições para transação extraordinária na cobrança da dívida ativa da União | Portarias PGFN nº 7.820 e 7.821, DOU de 18 de março de 2020; Portaria PGFN nº 9.917, DOU de 16 de abril de 2020; Portaria PGFN nº 9.924, DOU de 16 de abril de 2020; Portaria PGFN nº 13.338, DOU de 4 de junho de 2020; Portaria PGFN 15.413, DOU de 1 de julho de 2020 |
| | 16 | Diferimento do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, por 90 dias | Medida Provisória nº 927 do Governo Federal, DOU de 22 de março de 2020 |
| | 17 | Suspensão de prazos e procedimentos pela Receita Federal, até 30 de junho de 2020 | Portaria nº 543 da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, DOU de 23 de março de 2020; Portaria nº 936 da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, DOU de 29 de maio de 2020 |



Atualizado com medidas anunciadas até 2 de julho de 2020

| | | | |
|--------------------------------|-----------|--|--|
| MEDIDAS TRIBUTÁRIAS | 18 | Suspensão de atos processuais pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, até 30 de abril de 2020 | Portaria nº 8.112 do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, DOU de 20 de março de 2020 |
| | 19 | Suspensão de prazos processuais judiciais e audiências, até 30 de abril de 2020 | Resolução nº 313 do Conselho Nacional de Justiça, DOU de 19 de março de 2020 |
| | 20 | Prorrogação da validade das Certidões Negativas de Débitos (CND) e Certidões Positivas com Efeitos de Negativa de Débitos (CPEND), por 90 dias | Portaria Conjunta da RFB e PGFN nº 555, DOU de 24 de março de 2020 |
| | 21 | Prorrogação do prazo de apresentação de declarações (Defis e DAS-Simei) para empresas do Simples Nacional, até 30 de junho de 2020 | Resolução CGNS nº 153, DOU de 25 de março de 2020 |
| | 22 | Prorrogação do prazo para adesão à transação extraordinária na cobrança da dívida ativa da União (DAU) prevista na Medida Provisória nº 899/2019 | Portaria PGFN nº 8.457, DOU de 25 de março 2020 |
| | 23 | Redução das alíquotas do Sistema S, até 30 de agosto | MP 932, DOU de 31 de março de 2020; Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 40, DOU de 27 de maio de 2020. |
| | 24 | Adiamento, para 1º de janeiro de 2021 , do aumento da parcela mínima do parcelamento simplificado previsto na Lei 10.522/2002. | Portaria PGFN nº 8.792, DOU de 1º de abril de 2020 |
| | 25 | Prorrogação do prazo final para apresentação da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física para 30 de junho de 2020 . | Instrução Normativa SERFB nº 1.930, DOU de 1º de abril de 2020 |
| | 26 | Redução, para zero, das alíquotas de IOF nas operações de crédito contratadas no período entre 3 de abril de 2020 e 3 de julho de 2020 . | Decreto nº 10.305, DOU de 2 de abril de 2020 |
| | 27 | Prorrogação do prazo para recolhimento das contribuições previdenciárias, PIS/PASEP e Confins, de março e abril de 2020 para julho e setembro de 2020 . | Portaria nº 139, DOU de 3 abril de 2020 |



Atualizado com medidas anunciadas até 2 de julho de 2020

| | | | |
|-------------------|-----------|--|---|
| | 28 | Prorrogação do prazo para apresentação das Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF), para o 15º dia útil do mês de julho de 2020 , das DCTF originalmente previstas para serem transmitidas até o 15º dia útil dos meses de abril, maio e junho de 2020; Prorrogação do prazo para apresentação das Escriturações Fiscais Digitais da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita (EFD-Contribuições) para o 10º dia útil do mês de julho de 2020 , das EFD-Contribuições originalmente previstas para serem transmitidas até o 10º dia útil dos meses de abril, maio e junho de 2020. | Instrução Normativa SERFB nº 1.932, DOU de 3 de abril de 2020 |
| | 29 | Suspensão dos prazos processuais no âmbito de processos administrativos sancionadores da ANTT, por 90 dias | Resolução nº 5.878, DOU de 27 de março de 2020 |
| | 30 | Alteração dos prazos de entrega da declaração de Capitais Brasileiros no Exterior (CBE) | Circular BACEN nº 3.995 de 24 de março de 2020 |
| | 31 | Redução à zero das alíquotas da Contribuição para PIS/Pasep e PIS/Pasep-Importação e da Contribuição para Cofins e Cofins-Importação, incidentes sobre medicamento a granel e medicamento em doses, até 30 de setembro de 2020 . | Decreto nº 10.318, DOU de 9 de abril de 2020. |
| | 32 | Possibilidade de conciliação não presencial no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis | Lei nº 13.994, DOU de 27 de abril de 2020 |
| | 33 | Prorrogação da entrada em vigor da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) para maio de 2021 | Medida Provisória nº 959/2020; Ato do Presidente do Congresso nº 71 de 29 de junho de 2020 |
| | 34 | Disposições sobre o regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da pandemia do coronavírus | Lei 14.010 de 10 de junho de 2020 |
| MEDIDAS DE | 35 | Simplificação das exigências para contratação de crédito e dispensa de documentação (CND) para renegociação de crédito | Resolução Banco Central nº 4.782, DOU de 16 de março de 2020 |
| | 36 | Suspensão das prestações de financiamentos contratos até 23 de março de 2020, com vencimento entre abril e setembro de 2020, inclusive Cartão BNDES | - |
| | 37 | Ampliação da oferta de capital de giro para empresas com faturamento anual até R\$ 300 milhões | - |



Atualizado com medidas anunciadas até 2 de julho de 2020

| | | | |
|---|----|--|---|
| CRÉDITO | 38 | Financiamento para pagamento de 2 salários mínimos pelo prazo de 2 meses para Pequenas e Médias Empresas com faturamento entre R\$ 360 mil a R\$ 10 milhões | Anunciado em 27/03 vigência depende de aprovação do Senado e Decreto Presidencial |
| | 39 | Financiamento para investimento e capital de giro isolado ou associado, sendo vedada a destinação para distribuição de lucros e dividendos entre os sócios, para Micro e Pequenas Empresas – PRONAMPE | Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020; Portaria RFB nº 978, de 8 de junho de 2020; Portaria RFB nº 1.039, de 18 de junho de 2020 |
| | 40 | Programa de facilitação ao crédito pela disponibilização de garantias por meio de Fundo Garantidor de Investimentos (FGI), para empresas que tenham faturamento bruto anual em 2019 de R\$360mil a R\$300milhões, dispensando a apresentação de alguns documentos anteriormente exigidos | Medida Provisória nº 975 de 1º de junho de 2020 |
| MEDIDAS PARA MANUTENÇÃO DE EMPREGOS | 41 | Regulamenta medidas extraordinárias de teletrabalho, antecipação de férias individuais, concessão de férias coletivas, aproveitamento e antecipação de feriados, banco de horas, suspensão de exigências administrativas em segurança e saúde no trabalho, diferimento do recolhimento do FGTS | MP 927, DOU de 22 de março de 2020 MP 928, DOU de 23/03 MP 936, DOU de 01/04 MP 946, DOU de 07/04 |
| MEDIDAS AMBIENTAIS | 42 | Suspensão dos prazos processuais de todos os processos que tramitam perante o IBAMA, por tempo indeterminado | Portaria IBAMA nº 826, DOU de 21 de março de 2020 |
| | 43 | Prorrogação do prazo para entrega do Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (RAPP/2020), por até 29 de junho de 2020 | Instrução Normativa IBAMA nº 12, DOU de 26 de março de 2020 |
| | 44 | Suspensão de prazos processuais dos processos administrativos que tramitam perante à Agência Nacional de Mineração (ANM) e apreciação de requerimento de liberação de atividades, até 31 de maio de 2020 | Resolução ANM nº 28, DOU de 26 de março de 2020 Resolução ANM nº 30, DOU de 7 de maio de 2020 |
| MEDIDAS ANUNCIADAS PELO GOVERNO ESTADUAL | | | INSTRUMENTO NORMATIVO |
| | 45 | Declaração de situação de calamidade pública no Estado do Rio Grande do Sul e estabelece lista de atividades públicas e privadas essenciais de combate à Covid-19 | Dec. nº 55.154, DOE de 1º de abril de 2020 Dec. nº 55.150, DOE de 28 de março de 2020 |



Atualizado com medidas anunciadas até 2 de julho de 2020

| | | | |
|--------------------------------------|-----------|---|---|
| MEDIDAS DE COMBATE À EPIDEMIA | | | Dec. nº 55.145, DOE de 26 de março de 2020 Dec. nº 55.136, DOE de 25 de março de 2020 Dec. nº 55.135, DOE de 23 de março de 2020 Dec. nº 55.130, DOE de 20 de março de 2020 Decreto nº 55.177, DOE de 8 de abril de 2020 Decreto nº 55.184 DOE de 16 de abril de 2020 Decreto nº 55.185 DOE de 16 de abril de 2020 Decreto nº 55.240 DOE de 11 de maio de 2020 |
| | 46 | Suspensão dos prazos de defesa e recursais dos processos da administração pública estadual direta e indireta, pelo prazo de 30 dias | Art. 8º do Dec. nº 55.128, DOE de 19 de março de 2020 |
| | 47 | Prorrogação de pagamento das faturas de gás natural com vencimento no período entre 24 de março e 23 de abril, em 30 dias e parcelada em 3 vezes sem aplicação de juros e multas | Medida administrativa anunciada em 23/03 |
| | 48 | Redução do atendimento da Secretaria da Fazenda, apenas atendimento virtual por prazo indeterminado | Decreto nº 55.128, DOE de 19 de março de 2020 |
| | 49 | Suspensão do encaminhamento a Protesto e inclusão no Serasa em ações de cobrança pela inadimplência e descumprimento de obrigações de natureza tributária e não tributária | Medida administrativa anunciada em 26 de março; Provimento nº 012/2020-CGJRS |
| | 50 | Suspensão das intimações para comparecimento presencial | Medida administrativa anunciada em 26/03 |
| | 51 | Suspensão dos Registros de passagens obrigatórios nos postos fiscais de divisa com Santa Catarina | Medida administrativa anunciada em 26/03 |



Atualizado com medidas anunciadas até 2 de julho de 2020

| | | | |
|------------|----|--|--|
| TRIBUTAÇÃO | 52 | Suspensão dos vistos nas notas fiscais na entrada de importações | Medida administrativa anunciada em 26/03 |
| | 53 | Suspensão das baixas de ofício das empresas | Medida administrativa anunciada em 26/03 |
| | 54 | Atendimento totalmente virtual | Medida administrativa anunciada em 26/03 |
| | 55 | Prorrogação do prazo para apresentação das garantias de parcelamento, por 60 dias | Medida administrativa anunciada em 26/03 |
| | 56 | Exclusão do limite de 6 parcelas para o parcelamento de débitos de ICMS declarados relativos a fatos geradores ocorridos após a formalização de acordo em programas especiais. | Instrução Normativa RE nº 32/20, DOE de 7 de maio de 2020. |
| | 57 | Suspensão da parcela de ICMS/ISS do Simples Nacional, por 90 dias | Resolução CGSN nº 154, de 3 de abril de 2020. |
| | 58 | Reuniões virtuais do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais (TARF) | Resolução TARF 001/2020, de 15 de maio de 2020 |